

Padres pedófilos: um pânico moral

Por Massimo Introvigne

Por que se volta a falar de padres pedófilos, com acusações que se referem à Alemanha, a pessoas próximas ao Papa e agora até mesmo ao próprio Papa? Será que a sociologia tem algo a dizer a respeito ou deve deixar o caminho livre para os jornalistas? Creio que a sociologia tem muito a dizer, e que não deve ficar quieta por medo de desagradar este ou aquele. A discussão atual sobre padres pedófilos – considerada do ponto de vista sociológico – representa um exemplo típico de “pânico moral”. O conceito nasceu nos anos 1970 para explicar como alguns problemas são objeto de uma “hiperconstrução social”. Mais precisamente, os pânicos morais foram definidos como problemas socialmente construídos, caracterizados por uma amplificação sistemática dos dados reais, seja na exposição midiática, seja na discussão política. Duas outras características foram mencionadas como típicas dos pânicos morais. Em primeiro lugar, problemas sociais que existem há décadas são reconstruídos na narrativa midiática e política como “novos”, ou como objeto de um suposto e dramático crescimento recente. Em segundo lugar, a sua incidência é exagerada por estatísticas folclóricas que, mesmo não confirmadas por estudos acadêmicos, são repetidas pelos meios de comunicação e podem suscitar campanhas midiáticas persistentes. Philip Jenkins assinalou o papel dos “empreendedores morais” – cujas agendas nem sempre são declaradas – na criação e gestão dos pânicos. Os pânicos morais não fazem bem a ninguém. Eles distorcem a percepção dos problemas e comprometem a eficácia das medidas que deveriam resolvê-los. Uma análise errada não pode produzir senão uma intervenção errada.

Que fique claro: os pânicos morais têm na sua origem circunstâncias objetivas e perigos reais. Não inventam a existência de um problema, mas exageram suas dimensões estatísticas. Numa série de valiosos estudos, o mesmo Jenkins

mostrou como a questão dos padres pedófilos talvez seja o exemplo mais típico de um pânico moral. Estão presentes de fato os dois elementos característicos: um dado real na origem, e uma exageração desse dado por obra de ambíguos “empreendedores morais”.

Primeiro, o dado real na origem: existem padres pedófilos. Alguns casos são ao mesmo tempo desconcertantes e repugnantes, foram objeto de condenações definitivas e os próprios acusados nunca se disseram inocentes. Estes casos – nos EUA, na Irlanda, na Austrália – explicam as severas palavras do Papa e o seu pedido de perdão às vítimas. Mesmo se os casos fossem apenas dois – e, infelizmente, são muitos – isto já seria demais. Mas já que pedir perdão – apesar de nobre e oportuno – não basta, sendo necessário evitar que os casos se repitam, não é indiferente saber se os casos são dois, duzentos ou vinte mil. E tampouco é irrelevante saber se o número de casos entre sacerdotes e religiosos católicos é mais ou menos numeroso do que entre outras categorias de pessoas. Os sociólogos frequentemente são acusados de trabalhar sobre números frios, esquecendo que por trás de cada número há um caso humano. Mas os números, embora não sejam suficientes, são necessários. São o pressuposto de toda análise adequada.

Para entender como de um dado tragicamente real se passou a um pânico moral é necessário saber quantos são os padres pedófilos. Os dados mais amplos foram coletados nos EUA, onde, em 2004, a Conferência Episcopal encomendou um estudo independente ao John Jay College of Criminal Justice da City University of New York, que não é uma universidade católica e é unanimemente reconhecida como a mais autorizada instituição acadêmica dos EUA em matéria de criminologia. Esse estudo nos diz que de 1950 a 2002, num universo de 109.000, 4.392 sacerdotes americanos foram *acusados* de ter relações sexuais com *menores*. Desses, pouco mais de uma centena foram *condenados* por tribunais civis. O baixo número de condenações por parte do Estado deriva de diversos fatores. Em alguns casos as verdadeiras ou supostas vítimas

denunciaram sacerdotes já mortos, ou foram consumados os prazos de prescrição. Em outros, à acusação e à condenação canônicas não corresponde nenhuma violação a qualquer lei civil: é o caso, por exemplo, em diversos Estados americanos, do sacerdote que tinha uma relação consensual com uma – ou mesmo um – menor com mais de 16 anos. Mas também aconteceram muitos casos clamorosos de sacerdotes inocentes acusados. Esses casos foram multiplicados nos anos 1990, quando alguns escritórios de advocacia perceberam que poderiam obter transações milionárias com base em meras suspeitas. Os apelos à “tolerância zero” são justificados, mas também não deveria haver qualquer tolerância com quem calunia sacerdotes inocentes. Acrescento que em relação aos EUA as cifras não se alterariam de forma significativa se somássemos o período 2002-2010, pois o estudo feito pelo John Jay College já observava o “declínio claríssimo” dos casos no ano 2000. Os novos inquéritos são poucos, e as condenações pouquíssimas, graças a medidas rigorosas introduzidas seja pelos bispos americanos, seja pela Santa Sé.

O estudo do John Jay College nos diz que quatro por cento dos sacerdotes americanos são pedófilos? De modo algum. Segundo aquela pesquisa, 78,2% das acusações se referiam a menores que haviam superado a puberdade. Manter relação sexual com uma menina de 17 anos não é certamente “una bella cosa”, muito menos para um padre: mas não se trata de pedofilia. Portanto, ao longo de cinquenta e dois anos, os sacerdotes acusados de pedofilia nos EUA são 958, dezoito por ano. As condenações foram 54, pouco mais de uma por ano.

O número de condenações penais de sacerdotes e religiosos em outros países é parecido, embora em nenhum país se disponha de um estudo completo como aquele feito pelo John Jay College. Cita-se frequentemente uma série de relatórios governamentais na Irlanda que definem como “endêmica” a presença de abusos nas escolas e nos orfanatos (masculinos) administrados por algumas dioceses e ordens religiosas, e não há dúvida de que casos muito graves de abusos sexuais de menores nesse país realmente aconteceram. O exame

sistemático desses relatórios mostra, ademais, como muitas acusações se referem ao uso de meios de correção excessivos ou violentos. O assim chamado Relatório Ryan de 2009 – que usa uma linguagem muito dura em relação à Igreja Católica – reporta, no período que investiga, a partir de um universo de 25.000 alunos de escolas, reformatórios e orfanatos, 253 acusações de abusos sexuais de meninos e 128 de meninas, nem todos atribuídos a sacerdotes, religiosos ou religiosas, de diversa natureza e gravidade, raramente referidos a menores impúberes e que, ainda mais raramente, levaram a condenações.

As polêmicas dessas últimas semanas sobre a Alemanha e a Áustria exibem uma característica típica dos pânicos morais: apresentam-se como “novos” fatos que aconteceram há muitos anos ou são – em alguns casos há mais de 30 anos – já conhecidos em parte. O fato de se noticiarem na primeira página dos jornais – com uma particular insistência no que toca à área geográfica da Bavária, de onde vem o Papa – ocorrências dos anos 1980, como se houvessem ocorrido ontem; e de se suscitarem polêmicas violentas, com um ataque concêntrico que anuncia todo dia, em estilo escandaloso, novas “descobertas”, mostra bem como o pânico moral é promovido por “empreendedores morais” de forma organizada e sistemática. O caso que – como alguns jornais publicaram – “envolve o Papa” é um exemplo de manual escolar: refere-se a um episódio de abusos na Arquidiocese de Munique, da qual era arcebispo o atual Pontífice, que remonta a 1980. O caso veio à tona em 1985 e foi julgado por um tribunal alemão em 1986; no julgamento ficou provado, entre outras coisas, que a decisão de acolher na arquidiocese o sacerdote em questão não foi tomada pelo cardeal Ratzinger e não era sequer do seu conhecimento, o que não admira numa grande diocese com uma burocracia complexa. Por que um jornal alemão decide exumar esse caso e publicá-lo na primeira página vinte e quatro anos depois da sentença, isto, sim, deveria ser a verdadeira questão.

Uma pergunta desagradável (...), mas importante, é se ser um padre católico é uma condição que comporta um risco de se tornar pedófilo ou de abusar

sexualmente de menores (como se viu, as duas coisas não coincidem, pois quem abusa de uma menina de dezesseis anos não é um pedófilo) mais elevado em relação ao resto da população. Responder a essa pergunta é fundamental para descobrir as causas do fenômeno e assim preveni-lo. Segundo os estudos de Jenkins, se se compara a Igreja Católica dos EUA às principais denominações protestantes se descobre que a presença de pedófilos é – dependendo das denominações – de duas a dez vezes mais alta entre os pastores protestantes do que entre padres católicos. A questão é relevante porque mostra que o problema não é o celibato: a maior parte dos pastores protestantes é casada. No mesmo período em que uma centena de sacerdotes americanos era condenada por abuso sexual de menores, o número de professores de educação física e técnicos de equipes esportivas juvenis – também esses em sua maioria casados – julgados culpados do mesmo delito pelos tribunais americanos atingia os seis mil. Os exemplos poderiam continuar, não só nos EUA. E, sobretudo, segundo os relatórios periódicos do governo americano, cerca de dois terços das doenças sexuais de menores não são transmitidas por estranhos ou professores – incluindo padres e pastores protestantes – mas por familiares: padrastos, tios, primos, irmãos e infelizmente também pais. Dados semelhantes existem em muitos outros países.

Embora seja pouco politicamente correto dizer isto, há um dado que é muito significativo: mais de oitenta por cento dos pedófilos são homossexuais, machos que abusam de outros machos. E – para citar ainda uma vez Jenkins – mais de noventa por cento dos sacerdotes católicos condenados por abuso sexual de menores e pedofilia são homossexuais. Se na Igreja Católica houve de fato um problema, este não foi o celibato, mas uma certa tolerância em relação ao homossexualismo nos seminários, particularmente nos anos 1970, quando foi ordenada a grande maioria de sacerdotes posteriormente condenados pelos abusos. É um problema que Bento XVI está corrigindo vigorosamente. O retorno à moral, à disciplina ascética, à meditação sobre a verdadeira, a grande

natureza do sacerdócio são o antídoto definitivo contra as tragédias reais da pedofilia. Também para isso deve servir o Ano Sacerdotal.

Quanto a 2006 – quando a BBC colocou no ar o lixo-documentário do parlamentar irlandês e ativista homossexual Colm O’Gorman – e 2007 – quando [Michele] Santoro veiculou a versão italiana em Annozero [programa televisivo da RAI] – não há, na verdade, muito de novo, exceto a crescente severidade e vigilância da Igreja. Os casos dolorosos de que se fala nestas últimas semanas nem sempre são inventados, mas aconteceram há mais de vinte ou trinta anos.

Ou, talvez, exista algo de novo. Por que exumar em 2010 casos velhos ou muito frequentemente já conhecidos, ao ritmo de um por dia, atacando cada vez mais diretamente o Papa – um ataque, ademais, paradoxal, se se considera a grande severidade do cardeal Ratzinger, primeiro, e de Bento XVI, depois, em relação a esse tema? Os “empreendedores morais” que organizam o pânico têm uma agenda que se revela sempre mais claramente, e que nada tem a ver com a efetiva proteção das crianças. A leitura de certos artigos nos mostra como – às vésperas de decisões políticas, judiciais e também eleitorais, por toda Europa e no mundo, sobre temas como a utilização da pílula RU486, a eutanásia, o reconhecimento das uniões homossexuais, em que a voz da Igreja e do Papa se ergue, quase isolada, na defesa da vida e da família – *lobbies* muito poderosos tentam desqualificar preventivamente essa voz com a acusação mais infamante e, hoje, infelizmente, também mais fácil: a de favorecer ou tolerar a pedofilia. Estes *lobbies* mais ou menos maçônicos manifestam o poder sinistro da tecnocracia, evocado pelo próprio Bento XVI na encíclica *Caritas in Veritate* e a denúncia de João Paulo II, na mensagem da Jornada Mundial da Paz de 1985 (de 8.12.1984), a propósito das “intenções ocultas” – ao lado de outras “abertamente propagandeadas” – “voltadas a subjugar todos os povos a regimes nos quais Deus não importa”.

De fato, esta é uma hora de trevas, que traz à mente a profecia de um grande pensador católico do século XIX, Emiliano Avogadro della Motta (1798-1865),

segundo o qual às ruínas deixadas pela ideologia laicista se seguiria uma autêntica “demonolatria” que se manifestaria particularmente no ataque à família e à verdadeira noção do matrimônio. Restabelecer a verdade sociológica sobre pânicos morais em tema de padres e pedofilia por si só não resolve os problemas e não paralisa o *lobby*, mas pode constituir ao menos uma pequena e devida homenagem à grandeza de um Pontífice e de uma Igreja feridos e caluniados por não se resignarem a calar sobre a vida e a família.

Massimo Introvigne é sociólogo italiano. O texto original está no site do CESNUR - Centro Studi sulle Nuove Religioni (http://www.cesnur.org/2010/mi_preti_pedofili.html).
Traduzido por Miguel Nagib.